



APROVADA

ATA DO PLENO ORDINÁRIO DO DIA 4 DE NOVEMBRO DE 2025

No quarto dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e trinta e cinco minutos, é declarado aberto por existência de quórum regimental, o Pleno Ordinário do Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Cidade do Recife - COMDICA, de forma presencial, presidido por Auxiliadora Maria Pires Siqueira da Cunha, que coloca a seguinte pauta para deliberação do plenário: **APROVAÇÃO DE ATAS; DEMANDAS DA COMISSÃO SOCIOPEDAGÓGICA (APROVAÇÃO DE REGISTRO E RECADASTRAMENTO DE OSCS/RESOLUÇÃO); DEMANDAS DA COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (RECRIAÇÃO DA COMISSÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA, RECOMPOSIÇÃO DOS COMITÊS INTERINSTITUCIONAIS DOS PLANOS DE VIOLÊNCIA, RUA E TRABALHO INFANTIL); APRESENTAÇÃO E DELIBERAÇÃO DOS RELATÓRIOS FINAIS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA GESTORA DA PARCERIA DOS PROJETOS CHANCELADOS DAS OSCS – CASA MENINA MULHER (PROJETO ESPAÇO SEGURO E DE PROTEÇÃO) E CASA DA CRIANÇA MARCELO ASFORA (PROJETO ESPORTE E CIDADANIA); DEMANDAS DA COMISSÃO DE SELEÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO (CRONOGRAMA DE PROCEDIMENTOS – CASA MENINA MULHER E CAS DA CRIANÇA MARCELO ASFORA); CHANCELA DE PROJETOS DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E INFORMES GERAIS.** Para tanto, registramos as presenças dos seguintes conselheiros(as) na representação da titularidade: Auxiliadora Maria Pires Siqueira da Cunha (Gabinete do Prefeito), Hemi Monique Vilas Bôas de Andrade (Centro de Integração Empresa Escola – CIEE), Armino Nascimento Pessoa (Lar Presbiteriano Vale do Senhor), Germana Bezerra Suassuna Borba (Secretaria de Saúde), Maria do Socorro da Conceição Moura Pessoa (Secretaria de Finanças), Liliane Melo Nascimento (Secretaria de Direitos Humanos e Juventude), Andréa Ricardo de Castro (Secretaria de Educação), Enedino Moreira dos Santos Neto (Centro Educacional Turma do Flau), Elisiane de Queiroz Teixeira (Instituto Solidare), Eliane Maria de Castro Silva (Inspetoria Salesiana), Alice Maria Brainer Barbosa de Carvalho (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Recife), Itanacy Ramos de Oliveira (Casa da Mulher do Nordeste) e Ana Karla Sales (Rede Cidadã). Registramos as presenças dos seguintes conselheiros(as) na representação da suplência: Josetânia Maria dos Santos (Casa da Mulher do Nordeste) e Maria das Dores de Oliveira Montenegro (Gabinete do Prefeito). Registramos ainda as presenças de representantes de organizações da sociedade civil e dos(as) técnicos(as) do COMDICA Olga Lopes, Adriana Lima e Letícia Santana (Sociopedagógico), Angélica Oliveira de Araújo e Jeyssa Alves da Silva (Comunicação), Aurely Macedo e Roberta Sartori (Captação de Recursos), Cláudia Regina (Prestação de Contas) e, ainda, a secretária-executiva Simone Melo. O pleno inicia com a presidente Dora Pires realizando a leitura da ordem do dia para conhecimento geral. Sendo assim, a presidente disponibiliza as atas dos dias 1º de julho e 2/9/2025 para deliberação do colegiado. Nesse sentido, a presidente pergunta o pleno se todos receberam os documentos para análise e, ainda, se todos(as) estão aptos a votar. A resposta dos(as) conselheiros(as) é positiva. **Em regime de votação, a ata da reunião plenária ordinária de 1º de julho de 2025 é aprovada. Logo em seguida, a ata da reunião plenária ordinária de 2/9/2025 também é aprovada. A**



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS E JUVENTUDE DA PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE

47 conselheira Andréa se abstém da votação por se encontrar em período de férias durante a
48 reunião plenária. Dito isto, a presidente solicita que sejam apresentadas as demandas da
49 Comissão Sociopedagógica. A conselheira Adriana faz a apresentação da atualização cadastral
50 das organizações da sociedade civil registradas no COMDICA (Resolução nº 035/2024). A
51 primeira instituição é o Centro Dom Hélder Câmara de Estudos e Ação Social – Cendhec,
52 número de registro 0015, localizado na Rua Galvão Raposo, nº 295 – bairro da Madalena -
53 RPA 4. A técnica explica que o Cendhec passa a ter eixos atualizados de orientação e apoio
54 sócio-familiar e proteção jurídico-social. Dito isto, a presidente pergunta se todos os membros
55 se sentem esclarecidos a votar. A resposta é positiva. **Em votação, a presidente submete o**
56 **recadastramento do Centro Dom Hélder Câmara de Estudos e Ação Social – Cendhec –**
57 **ao pleno. Aprovado por unanimidade pelo colegiado.** A segunda instituição é a Associação
58 Pernambucana de Apoio aos Doentes de Fígado - APAF, número de registro 0525, localizado
59 na Rua Arnóbio Marques, nº 310 – bairro de Santo Amaro - RPA 1. A técnica explica que o
60 APAF passa a ter eixos atualizados de orientação e apoio sócio-familiar, acolhimento
61 institucional e acolhimento familiar. Sendo assim, a presidente pergunta se todos os membros
62 se sentem esclarecidos a votar. A resposta é positiva. **Em votação, a presidente interroga o**
63 **pleno sobre o recadastramento do Associação Pernambucana de Apoio aos Doentes de**
64 **Fígado - APAF. Aprovado por unanimidade pelo colegiado.** A terceira instituição é a
65 Galpão dos Meninos e Meninas de Santo Amaro, número de registro 0005, localizado na Av.
66 Dr. Jayme da Fonte, nº 216 – bairro de Santo Amaro - RPA 1. A técnica explica que o Galpão
67 permanece com o eixo de apoio socioeducativo em meio aberto. A presidente pergunta se todos
68 os membros se sentem esclarecidos a votar. A resposta é positiva. **Em votação, a presidente**
69 **submete o recadastramento do Galpão dos Meninos e Meninas de Santo Amaro ao pleno.**
70 **Aprovado por unanimidade pelo colegiado.** A quarta instituição é a Assistência e Promoção
71 Social Exército de Salvação - APROSES, número de registro 0173, localizado na Rua Conde
72 de Irajá, nº 108 – bairro da Torre - RPA 4. A técnica explica que o Exército de Salvação
73 permanece com o eixo de apoio socioeducativo em meio aberto. A presidente pergunta se todos
74 os membros se sentem esclarecidos a votar. A resposta é positiva. **Em votação, a presidente**
75 **submete o recadastramento do Assistência e Promoção Social Exército de Salvação -**
76 **APROSES ao pleno. Aprovado por unanimidade pelo colegiado.** A quinta instituição é o
77 Instituto Dom Helder Câmara - IDHEC, número de registro 0166, localizado na Rua Henrique
78 Dias, nº 278 – bairro da Boa Vista - RPA 1. A técnica explica que o IDHEC passa a ter eixos
79 atualizados de orientação e apoio sócio-familiar e aprendizagem/profissionalização. A
80 presidente pergunta se todos os membros se sentem esclarecidos a votar. A resposta é positiva.
81 **Em votação, a presidente questiona o pleno sobre o recadastramento do Instituto Dom**
82 **Helder Câmara - IDHEC. Aprovado por unanimidade pelo colegiado.** A sexta instituição é
83 a Instituto Geração 4 – G4, número de registro 0506, localizado na Rua da Aurora, nº 325/sala
84 1011 – bairro da Boa Vista - RPA 1. A técnica explica que o G4 permanece com o eixo de
85 apoio socioeducativo em meio aberto. Dito isto, a presidente pergunta se todos os membros se
86 sentem esclarecidos a votar. A resposta é positiva. **Em votação, a presidente submete o**
87 **recadastramento do Instituto Geração 4 – G4 ao pleno. Aprovado por unanimidade pelo**
88 **colegiado.** A sétima instituição é a Associação para a Restauração do Homem - ARH, número
89 de registro 0504, localizado na Rua José de Alencar, nº 421 – bairro da Boa Vista - RPA 1. A
90 técnica explica que o ARH passa a ter eixos atualizados para orientação e apoio sócio-familiar,
91 aprendizagem/profissionalização e primeira infância. A presidente pergunta se todos os
92 membros se sentem esclarecidos a votar. A resposta é positiva. **Em votação, a presidente**



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS E JUVENTUDE DA PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE

93 **submete o recadastramento do Associação para a Restauração do Homem - ARH ao**
94 **pleno. Aprovado por unanimidade pelo colegiado.** A oitava instituição é a Associação
95 Brasileira de Apoio ao Primeiro Emprego - ABRE, número de registro 0544, localizado na Rua
96 Oswaldo Cruz, nº 280 – bairro da Boa Vista - RPA 1. A técnica explica que a ABRE
97 permanece com os eixos de atuação de apoio socioeducativo em meio aberto e
98 aprendizagem/profissionalização. Sendo assim, a presidente pergunta se todos os membros se
99 sentem esclarecidos a votar. A resposta é positiva. **Em votação, a presidente questiona o**
100 **pleno sobre o recadastramento da Associação Brasileira de Apoio ao Primeiro Emprego -**
101 **ABRE. Aprovado por unanimidade pelo colegiado.** A nona instituição é a Pão da Vida,
102 número de registro 0324, localizado na Rua Conceição de Macabú, nº 08 – Ilha Joana Bezerra
103 - RPA 1. A técnica explica que o Pão da Vida passa a ter eixos atualizados para apoio
104 socioeducativo em meio aberto e primeira infância. A presidente pergunta se todos os membros
105 se sentem esclarecidos a votar. A resposta é positiva. **Em votação, a presidente submete o**
106 **recadastramento do Pão da Vida ao pleno. Aprovado por unanimidade pelo colegiado.** A
107 décima instituição é o Centro de Integração Empresa Escola de Pernambuco - CIEE, número
108 de registro 0356, localizado na Rua do Progresso, nº 465 – bairro da Boa Vista - RPA 1. A
109 técnica explica que o CIEE permanece com o eixo de aprendizagem/profissionalização. A
110 presidente pergunta se todos os membros se sentem esclarecidos a votar. A resposta é positiva.
111 **Em votação, a presidente interroga o pleno sobre o recadastramento da Centro de**
112 **Integração Empresa Escola de Pernambuco - CIEE. Aprovado pelo colegiado.** A
113 conselheira Hemi, representante do CIEE, se abstém da votação. A décima primeira instituição
114 é a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Recife – APAE RECIFE, número de
115 registro 0099, localizado na Estrada do Arraial, nº 4754 – bairro de Casa Amarela - RPA 3. A
116 técnica explica que a APAE permanece com o eixo de orientação e apoio sócio-familiar. A
117 presidente pergunta se todos os membros se sentem esclarecidos a votar. A resposta é positiva.
118 **Em votação, a presidente submete o recadastramento da Associação de Pais e Amigos dos**
119 **Excepcionais de Recife – APAE RECIFE ao pleno. Aprovado pelo colegiado.** A
120 conselheira Alice, representante da APAE, se abstém da votação. A décima segunda instituição
121 é a Fundação Fé e Alegria do Brasil, número de registro 0463, localizado na Rua do Príncipe,
122 nº 526 – bairro da Boa Vista - RPA 1. A técnica explica que a Fundação Fé e Alegria
123 permanece com o eixo de atuação de orientação e apoio sócio-familiar, apoio socioeducativo
124 em meio aberto e aprendizagem. A presidente pergunta se todos os membros se sentem
125 esclarecidos a votar. A resposta é positiva. **Em votação, a presidente submete o**
126 **recadastramento da Fundação Fé e Alegria ao pleno. Aprovado por unanimidade pelo**
127 **colegiado.** A décima terceira instituição é a Comunidade dos Pequenos Profetas, número de
128 registro 0026, localizado na Av. Sul Governador Cid Sampaio, nº 110 – bairro de São José -
129 RPA 1. A técnica explica que a Comunidade dos Pequenos Profetas tem eixo de atuação de
130 orientação e apoio sócio-familiar. A técnica explica que a comissão solicita que o registro seja
131 aprovado com ressalvas, devido as exigências do Corpo de Bombeiros de ajustes no telhado
132 produtivo (horta no telhado) que ainda não foram custeadas pela instituição. O prazo para os
133 ajustes fornecido pela comissão é de 180 dias, conforme legislação, diz a técnica. Após o
134 prazo, a comissão recomenda nova análise do colegiado, conclui Adriana. Dito isto, a
135 presidente pergunta se todos os membros se sentem esclarecidos e aptos a votar. A resposta é
136 positiva. **Em votação, a presidente examina o pleno sobre o recadastramento da**
137 **Comunidade dos Pequenos Profetas. Aprovado pelo colegiado com ressalvas.** Finalizada as
138 exposições sobre o recadastramento, a técnica Olga faz a apresentação da renovação do curso



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS E JUVENTUDE DA PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE

139 de músico intérprete instrumentista (CBO: 2627-10) - aprendizagem profissional - da
140 Organização de Auxílio Fraternal do Recife (OAF) que no pleno anterior levantou algumas
141 dúvidas e não pode ser deliberado. O curso tem duração de 16 (dezesesseis) meses, com carga
142 horária é de 1.280 horas e atende adolescentes e jovens, de 14 a 24 anos, matriculados em
143 escolas públicas, esclarece Olga. A técnica informa que o curso segue a carga horária prevista
144 no Catálogo Nacional de Aprendizagem Profissional com formação teórica e prática, bem
145 como o acompanhamento e avaliação destas atividades e que, as aulas teóricas ocorrem na sede
146 da OAF e, nas empresas, a formação prática. Ela coloca que durante o período das atividades
147 práticas, os adolescentes e jovens são introduzidos à dinâmica da empresa e iniciados
148 progressivamente em atividades de baixa, média e alta complexidade e que existem ações
149 desenvolvidas junto ao público alvo e a família/comunidade, como palestras, atividades
150 culturais, participação em eventos, atendimentos sociais e psicológicos. Analisando as
151 informações, a recomendação técnica concluiu em 4/8/2025 que: *“de acordo com a análise*
152 *documental da proposta Institucional enviada, foi constatado que a OSC está consonante com*
153 *a Resolução nº 001/2016 (Inscrição Programa, Projeto ou Serviço). Diante disso, a técnica*
154 *sugere parecer Favorável à Renovação da Inscrição de Curso de Aprendizagem – Músico*
155 *Intérprete Instrumentista, da OSC – Organização de Auxílio Fraternal – OAF, no COMDICA”*.
156 O parecer da comissão sugere em 12/8/2025 a aprovação da renovação da inscrição. A plenária
157 de 2/9/2025 delibera por maiores esclarecimentos a respeito da execução da parte prática do
158 curso nas instituições parceiras. Sendo assim, verificou-se: *“há instituições onde os*
159 *adolescentes não podem exercer a parte prática na própria empresa por algum impedimento*
160 *legal (como atividades insalubres, perigosas ou em horários não permitidos, por exemplo).*
161 *Como há a obrigação na legislação do cumprimento de cota de contratação de aprendizes*
162 *pelos empregadores, estes, poderão requerer o cumprimento da cota nas instalações da*
163 *própria entidade encarregada da formação técnico-profissional ou em entidade concedente da*
164 *experiência prática do aprendiz. A OAF possui parceria com a Orquestra Cidadã para a*
165 *execução da parte prática do curso Músico Intérprete Instrumentista”*. Assim, o parecer da
166 Comissão Sociopedagógica, em 9/9/2025, conclui pela aprovação da renovação da inscrição de
167 cursos de aprendizagem – Músico Intérprete Instrumentista (CBO: 2627-10) da OAF. A
168 presidente pergunta se todos os membros estão esclarecidos e aptos a votar. A resposta é
169 positiva. **Em regime de votação, a presidente interroga o pleno sobre a renovação da**
170 **inscrição do curso Músico Intérprete Instrumentista (CBO: 2627-10) da Organização de**
171 **Auxílio Fraternal (OAF). Aprovado por unanimidade pelo colegiado.** Dito isto, a presidente
172 solicita que a técnica Letícia apresente a solicitação de registro do Instituto Estrela do Deserto.
173 A técnica afirma que a instituição está localizada na RPA 6, tem eixo de atuação de orientação
174 e apoio sócio-familiar; e atende famílias que vivem em situação de vulnerabilidade econômica
175 e social, residentes no bairro do Pina e adjacências. A técnica informa que o Instituto Estrela
176 do Deserto, enquanto obra social, visa garantir formação a 120 (cento e vinte) adolescentes,
177 jovens e adultos a partir dos 16 anos de idade, reforço escolar a 50 (cinquenta) crianças com
178 idade a partir de 06 (seis) anos até os 13 (treze) anos e que o Instituto desenvolve ainda suas
179 ações assistenciais na segurança alimentar, no cuidado à saúde física e socioemocional a 300
180 (trezentas) famílias da comunidade atendida. Entre os objetivos do instituto, a capacitação e o
181 desenvolvimento pessoal, através de atividades educacionais, qualificação profissional,
182 espiritual e física; promover ações de voluntariado e promover a assistência social em especial
183 o amparo à crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos em situação de vulnerabilidade
184 social, diz Letícia. A recomendação técnica concluiu em 2/10/2025 que: *“considerando que o*



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS E JUVENTUDE DA PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE

185 *Instituto Estrela do Deserto apresentou toda a documentação necessária para a realização do*
186 *registro neste Conselho, bem como estar atuando em consonância com a resolução normativa*
187 *COMDICA nº 001/2016 (Registro de Entidade) a técnica sugere o DEFERIMENTO de*
188 *Registro ao Instituto Estrela do Deserto no COMDICA”. Em 21/10/2025, a Comissão*
189 *Sociopedagógica sugere o deferimento de registro do Instituto Estrela do Deserto no*
190 *COMDICA. A presidente pergunta se todos os membros estão esclarecidos e aptos a votar. A*
191 *resposta é positiva. Em votação, a presidente submete ao pleno o deferimento de pedido de*
192 **registro do Instituto Estrela do Deserto. Aprovado por unanimidade pelo colegiado.** Dito
193 isto, a presidente encaminha as demandas da Comissão de Políticas Públicas. Ela coloca da
194 necessidade de recriação da Comissão da Primeira Infância por se tratar de uma política
195 importante e de muitos pleitos para uma só comissão. A conselheira Andréa esclarece que dos
196 seis planos municipais lançados pelo COMDICA, o único que se transformou em Lei foi o da
197 Primeira Infância - PMPI. A presidente pergunta se todos os membros estão esclarecidos e
198 aptos a votar. A resposta é positiva. **Em votação, a presidente pergunta se o colegiado**
199 **concorda com a recriação da Comissão da Primeira Infância. Todo pleno acena**
200 **positivamente. Aprovado por unanimidade. Sendo assim, a Comissão de Monitoramento**
201 **do Plano Municipal da Primeira Infância é recriada.** A presidente pergunta sobre as
202 indicações para compor a comissão. **O pleno responde que a Comissão de Monitoramento**
203 **do Plano Municipal da Primeira Infância apresentará a seguinte formação:**
204 **Representação Governamental - Germana Bezerra Suassuna Borba (coordenadora),**
205 **Maria das Dores de Oliveira Montenegro e Liliane Melo Nascimento; Representação das**
206 **Organizações da Sociedade Civil – Eliane Maria de Castro Silva, Enedino Moreira dos**
207 **Santos Neto e Elisiane de Queiroz Teixeira.** Dito isto, o pleno segue com a presidente
208 explicando da necessidade de recomposição dos comitês interinstitucionais dos planos
209 municipais de situação de rua, enfrentamento à violência sexual e erradicação do trabalho
210 infantil. A conselheira Andréa explica que é necessário atualizar as Resoluções de cada plano
211 municipal, ajustando cada uma das secretarias; enviar ofício as secretarias solicitando a
212 indicação das representações e, por último, fazer a supressão do artigo que fala sobre o
213 Observaerê. Ela lembra que os comitês deverão agendar, anualmente, dois encontros para
214 avaliar os planos. A conselheira coloca que dia 19/3/2026 fica agendada a reunião do comitê de
215 situação de rua; no dia 16/4/2026 o agendamento é para o comitê de enfrentamento à violência
216 sexual e, por fim, dia 21/5/2026 fica agendada a reunião do comitê de erradicação do trabalho
217 infantil. A presidente lembra que na Resolução é necessário incluir as representações da
218 Secretaria de Assistência Social e da Secretaria de Direitos Humanos e Juventude,
219 separadamente. A representante do Educandário Nossa Senhora do Rosário coloca que a
220 Resolução trata da constituição para a elaboração dos planos municipais. Ela informa que
221 precisa ser criada uma nova Resolução. A conselheira Andréa afirma que a Resolução criada
222 anteriormente previa o monitoramento dos planos. **Dito isto, a presidente pergunta ao pleno**
223 **se todos concordam com a recomposição dos comitês interinstitucionais dos planos**
224 **municipais de enfrentamento à violência sexual, situação de rua e erradicação do**
225 **trabalho infantil com as devidas ressalvas de encaminhamento à Comissão Jurídica e**
226 **inclusão de secretarias. Aprovado por unanimidade.** Sendo assim, a presidente solicita que
227 seja apresentado o Parecer Técnico Conclusivo de Análise de Prestação de Contas Final da
228 Casa Menina Mulher e Casa da Criança Marcela Asfora. A conselheira e gestora de parceria
229 Socorro informa que a prestação de contas é o procedimento em que se analisa e se avalia a
230 execução da parceria, onde se verifica o cumprimento do objeto e o alcance das metas e dos



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS E JUVENTUDE DA PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE

231 resultados previstos; e que compreendendo duas fases: a apresentação das contas, de
232 responsabilidade da OSC; a análise e manifestação conclusiva das contas, de responsabilidade
233 da administração pública, segundo previsto na Lei nº 13.019/2014. Ela coloca que os
234 documentos base para análise são o Plano de Trabalho aprovado, Relatório de Monitoramento
235 e Avaliação Sociopedagógico, Relatório de Impacto e Relatório Financeiros de Prestação de
236 Contas. Assim sendo, a gestora submete ao pleno o Parecer Técnico Conclusivo de Análise de
237 Prestação de Contas Final do Projeto Espaço Seguro e de Proteção, executado pela Casa
238 Menina Mulher (Termo de Colaboração nº 029/2024). Ela informa que o projeto foi executado
239 de 30/7/2024 a 30/7/2025 e o valor foi de R\$ 150.844,45 (cento e cinquenta mil oitocentos e
240 quarenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos), distribuído em três parcelas. O objetivo
241 geral foi promover um espaço seguro e de proteção para meninas e adolescentes em situação de
242 vulnerabilidade social, com foco no enfrentamento à violência sexual e outras formas de
243 violação de direitos, fortalecendo vínculos familiares e comunitários e estimulando o
244 protagonismo das beneficiárias residentes nas comunidades da Boa Vista, Coque, Coelhos, São
245 José e Ilha de Joana Bezerra, diz a gestora. Socorro coloca ainda que o total de beneficiários
246 consiste em 30 (trinta) crianças e adolescentes, sendo: 30 (trinta) feminino em 02 turmas (a e
247 b), com 03 (três) crianças na primeira infância, 15 (quinze) crianças na segunda infância e 12
248 (doze) adolescentes; e 150 (cento e cinquenta) beneficiários indiretos. Entre os resultados
249 alcançados, a gestora destaca as atividades pedagógicas contínuas de acolhimento e formação:
250 32 (trinta e duas) meninas e adolescentes atendidas regularmente (frequência média de 85%);
251 02 (dois) encontros de formação continuada para equipe técnica e voluntária; 10 (dez) oficinas
252 temáticas sobre autocuidado, direitos das meninas e enfrentamento à violência sexual; 04
253 (quatro) rodas de conversa intergeracionais entre beneficiárias, famílias e profissionais da rede
254 de proteção. Entre os resultados alcançados, a gestora destaca a distribuição de materiais e
255 fardamentos: 150 (cento e cinquenta) kits pedagógicos e informativos distribuídos (materiais
256 de apoio e cartilhas); 32 (trinta e dois) kits de fardamento completos entregues às beneficiárias
257 diretas; 1.000 (mil) exemplares digitais da Cartilha de Salvaguarda dos Direitos de Meninas e
258 Adolescentes divulgados por meios eletrônicos e redes sociais institucionais. Entre os
259 resultados alcançados, a gestora destaca as oficinas e rodas de conversas: 10 (dez) oficinas
260 pedagógicas abordando temas como direitos humanos, prevenção de violências, igualdade de
261 gênero e projeto de vida; 04 (quatro) rodas de conversa envolvendo beneficiárias e familiares,
262 totalizando mais de 120 (cento e vinte) participantes e participação ativa da rede de proteção
263 (CREAS, escolas e Conselhos Tutelares) em 03 (três) eventos temáticos. Entre os resultados
264 alcançados, a gestora destaca o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários:
265 realização de 03 (três) encontros comunitários voltados à convivência e à comunicação não
266 violenta e feedback (retorno) positivo de 90% das famílias escutadas, conforme relatório de
267 escuta apresentado. Entre os impactos sociais da parceria, Socorro ressalta os seguintes:
268 meninas atendidas regularmente, com 85% de frequência e melhoria em autoestima, segurança
269 e vínculos familiares; familiares participaram de atividades de convivência e escutas, com 90%
270 relatando melhor comunicação e fortalecimento de vínculos; articulação ampliada com a rede
271 de proteção (CREAS, escolas e conselhos tutelares) e protagonismo feminino fortalecido, com
272 meninas engajadas na construção e condução das atividades. Entre os impactos econômicos da
273 parceria, ela evidencia os seguintes: R\$ 153.543,10 (cento e cinquenta e três mil quinhentos e
274 quarenta e três reais e dez centavos) movimentados na economia local durante a execução do
275 projeto; 5 (cinco) profissionais contratados e 10 (dez) fornecedores locais beneficiados
276 (serviços, alimentação, materiais e comunicação); geração de renda indireta e fortalecimento de



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS E JUVENTUDE DA PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE

pequenos negócios e prestadores da comunidade; sustentabilidade institucional reforçada, com melhoria na estrutura e visibilidade da Casa Menina Mulher. Socorro informa ainda que a OSC executou todas as metas físicas-financeiras previstas no plano de trabalho e que o Setor de Prestação de Contas Financeira do COMDICA, após análise e conferência do Termo de Colaboração, concluiu que a instituição executou 100% do valor previsto, conforme planejamento; e que os rendimentos de aplicação foram de R\$ 2.698,70 (dois mil seiscentos e noventa e oito reais e setenta centavos) ficando um total disponível para execução de R\$ 153.543,14 (cento e cinquenta e três mil quinhentos e quarenta e três reais e quatorze centavos). Para tanto, segue a conclusão do parecer da gestora: *“Considerando a análise dos Relatórios Técnicos e Financeiros e demais documentos, além das análises realizadas nas visitas presenciais pela equipe do COMDICA; a comprovação da execução das metas, resultados, impactos e benefícios sociais obtidos; a regularidade documental e a transparência demonstrada; avalio que a OSC Casa Menina Mulher executou de forma satisfatória em conformidade com o Plano de Trabalho e com o Termo de Colaboração nº 029/2024, concluindo, portanto, pela aprovação da prestação de contas sem ressalvas, colocando este Parecer Técnico Conclusivo para aprovação do Pleno nesta data”*. A presidente pergunta se todos os membros estão esclarecidos e aptos a votar. A resposta é positiva. **Em regime de votação, a presidente pergunta se o colegiado aprova a prestação de contas do Projeto Espaço Seguro e de Proteção, executado pela Casa Menina Mulher, Termo de Colaboração nº 029/2024. O pleno sinaliza positivamente e o parecer é aprovado por unanimidade.** Dando continuidade a apresentação, Socorro submete ao pleno o Parecer Técnico Conclusivo de Análise de Prestação de Contas Final do Projeto Esporte e Cidadania, executado pela Casa da Criança Marcelo Asfora (Termo de Colaboração nº 030/2024). Ela informa que o projeto foi executado de 30/7/2024 a 30/7/2025 e o valor foi de R\$ 112.096,10 (cento e doze mil e noventa e seis reais e dez centavos), distribuído em três parcelas. O objetivo do projeto foi contribuir para o desenvolvimento físico, socioeducacional e inclusão social de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social da microregião 3.1 do Recife, beneficiando diretamente 50 (cinquenta) crianças e adolescentes e 80 (oitenta) beneficiários indiretos. Entre os resultados alcançados, a gestora destaca a constituição de equipe técnica, grupos de beneficiários e fortalecimento de vínculos familiares, acompanhando o engajamento dos familiares e membros da comunidade com palestras e rodas de conversas mensais; desenvolvimento físico e socioeducacional com a realização de oficinas semanais de futebol, vôlei e jogos cooperativos para 50 (cinquenta) crianças de 7 a 14 anos, com assiduidade de 82% e participação em 4 (quatro) eventos esportivos e culturais e, ainda, apoio psicossocial e educacional com o monitoramento da frequência escolar e desempenho acadêmico dos beneficiários, com redução dos casos de evasão escolar de 12% para 3%; encaminhamento de 6 casos específicos à rede de proteção (CRAS, Conselho Tutelar, escola); e ações de apoio emocional e orientação individualizadas realizadas com famílias vulneráveis. Entre os impactos sociais alcançados, é possível destacar melhora nas competências socioemocionais, como disciplina, cooperação e respeito, registrada em 85% dos avaliados pelos educadores; o projeto contribuiu para reduzir a evasão escolar de 12% para 3% entre os participantes, fortalecendo o vínculo com a escola e o interesse pelo aprendizado; relatos qualitativos indicam aumento da autoestima e do protagonismo juvenil, especialmente entre adolescentes que assumiram papéis de liderança nas atividades; criação de um espaço permanente de diálogo comunitário, que passou a integrar a rotina da OSC e ampliar o alcance territorial das ações e, por fim, integração efetiva com as políticas públicas municipais através



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS E JUVENTUDE DA PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE

do encaminhados à rede de proteção (CRAS, Conselho Tutelar, unidades escolares). A gestora destaca ainda que a OSC executou todas as metas físicas-financeira conforme previsto no Plano de Trabalho e que o Setor de Prestação de Contas Financeira do COMDICA, após análise, concluiu que a instituição, executou 91% do valor previsto, conforme seu planejamento registrado em seu plano de trabalho; e que os rendimentos de aplicação foram de R\$ 2.092,09 (dois mil e noventa e dois reais e nove centavos) ficando um total disponível para execução de R\$ 114.188,19 (cento e quatorze mil cento e oitenta e oito reais e dezenove centavos). Socorro informa que foi executado R\$ 102.000,38 (cento e dois mil reais e trinta e oito centavos) e que a devolução a conta do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente foi de R\$ 12.187,81 (doze mil cento e oitenta e sete reais e oitenta e um centavos). A gestora indica alguns pontos de atenção: subexecução de rubricas de alimentação (79%) e comunicação (74,9%); atraso inicial e substituição de educador; falta de espaço coberto em períodos chuvosos; registros pedagógicos incompletos no início da execução; rendimentos de aplicação financeira não reinvestidos e ausência de indicadores quantitativos padronizados. Ela explica que os pontos observados foram pontuais e de baixa gravidade, refletindo desafios operacionais e de gestão de rotina em OSC de pequeno porte e que nenhum deles comprometeu a regularidade da execução físico-financeira, nem o cumprimento dos objetivos e metas pactuados. As recomendações futuras incluem: aprimorar o plano de comunicação, criar mecanismos de contingência de pessoal, reforçar o uso de indicadores quantitativos de impacto e estabelecer estratégias de reinvestimento de rendimentos financeiros, diz Socorro. Para tanto, segue a conclusão do parecer da gestora: *“Após análise dos documentos que compõem a Prestação de Contas Final da Casa da Criança Marcelo Asfora, referente à execução do projeto “Esporte e Cidadania”, objeto do Termo de Fomento nº 030/2024, com vigência de 30/07/2024 a 30/07/2025, constata-se que a execução do projeto ocorreu em conformidade com o Plano de Trabalho aprovado, atendendo aos objetivos pactuados e aos princípios estabelecidos pela Lei nº 13.019/2014 (MROSC) e pelas normas do COMDICA Recife; e que, diante do exposto, considerando: a regularidade da execução físico-financeira; a ausência de irregularidades documentais; o alcance satisfatório dos resultados e impactos sociais previstos; e a conformidade com os princípios da transparência, economicidade e eficiência, avalio que a OSC executou de forma satisfatória, concluindo portanto pela aprovação da prestação de contas, colocando este Parecer Técnico Conclusivo para aprovação do Pleno nesta data”*. A presidente pergunta se todos os membros estão esclarecidos e aptos a votar. A resposta é positiva. **Em regime de votação, a presidente pergunta se o colegiado aprova a prestação de contas do Projeto Esporte e Cidadania, executado pela Casa da Criança Marcelo Asfora, Termo de Colaboração nº 030/2024. O pleno sinaliza positivamente e o parecer é aprovado por unanimidade.** Dando continuidade ao pleno, a presidente solicita que seja apresentado os cronograma de procedimentos da Casa da Criança Marcelo Asfora e da Casa Menina Mulher. A técnica Roberta informa que o primeiro cronograma apresentado será do Projeto Esperançar através da Leitura e do Esporte, da Casa da Criança Marcelo Asfora, habilitado com nota 8,2. Roberta explica que o valor global para captação proposto pela OSC foi de R\$ 354.859,56 (trezentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e seis centavos), sendo captado pela organização, até 23/10/2025, o valor de R\$ 217.840,81 (duzentos e dezessete mil oitocentos e quarenta reais e oitenta e um centavos). Roberta lembra que, do valor captado, será deduzido pelo Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, previsto pela Resolução nº 020/2024, o montante de R\$ 54.460,20 (cinquenta e quatro mil e quatrocentos e sessenta reais e vinte centavos). Sendo assim, a técnica comunica



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS E JUVENTUDE DA PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE

369 que a OSC receberá R\$ 163.380,61 (cento e sessenta e três mil e trezentos e oitenta reais e
370 sessenta e um centavos), em parcelas respectivas de 50% e 50%, após a assinatura do Termo de
371 Colaboração, condicionado a prestação de contas. Assim sendo, a técnica apresenta as datas
372 previstas para os procedimentos: 4/11/2025 – pleno de aprovação do cronograma; 6/11/2025 –
373 publicação do cronograma no Diário Oficial e comunicação oficial a OSC; até 11/11/2025 –
374 apresentação do plano de trabalho atualizado e assinado juntamente com plano de comunicação
375 e planilhas orçamentárias; até 11/11/2025 – entrega de documentação para assinatura do termo
376 de colaboração; 7/11/2025 – oficinas de orientação pedagógica, financeira e de comunicação;
377 12/11/2025 – período de envio dos instrumentais pedagógicos; 15/12/2025 – período de envio
378 dos instrumentais financeiros; 11/11/2025 – assinatura do termo de colaboração; até
379 14/11/2025 – repasse financeiro da primeira parcela (50%); até 5/8/2026 – repasse financeiro
380 da segunda parcela (50%); 14/11/2025 a 14/6/2026 – período de execução financeira da 1ª
381 parcela; 15/6/2026 a 14/12/2026 – período de execução financeira da 2ª parcela; até 22/6/2026
382 – entrega da 1ª prestação de contas financeira; até 31/7/2026 – período de análise e conferência
383 do setor de prestação de contas e deliberações da Comissão de Seleção, Monitoramento e
384 Avaliação com a gestora de parceria; até 14/1/2027 – entrega da 2ª prestação de contas
385 financeira; até 27/2/2027 – período de análise e conferência do setor de prestação de contas e
386 deliberações da Comissão de Seleção, Monitoramento e Avaliação com a gestora de parceria;
387 até 22/6/2026 – entrega da 1ª prestação de contas pedagógica e comunicação; até 14/1/2027 -
388 entrega da 2ª prestação de contas pedagógica e comunicação; até 30/1/2027 – entrega do
389 relatório de impacto das ações pedagógicas; 14/11/2025 a 14/12/2026 – período de vigência do
390 projeto. **Em votação, a presidente pergunta se o colegiado aprova o cronograma de
391 procedimentos do Projeto Esperançar através da Leitura e do Esporte, da Casa da
392 Criança Marcelo Asfora. O pleno sinaliza positivamente e o cronograma é aprovado por
393 unanimidade.** Dando continuidade ao pleno, a presidente solicita que seja apresentado
394 cronograma de procedimentos do Projeto Espaço Seguro e Cidadania, da Casa Menina Mulher,
395 habilitado com nota 6,5. Roberta explica que o valor global para captação proposto pela OSC
396 foi de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), sendo captado pela organização, até 23/10/2025, o
397 valor de R\$ 194.772,42 (Cento e noventa e quatro mil e setecentos e setenta e dois reais e
398 quarenta e dois centavos). Roberta lembra que, do valor captado, será deduzido pelo Fundo
399 Municipal da Criança e do Adolescente, previsto pela Resolução nº 020/2024, o montante de
400 R\$ 48.693,10 (Quarenta e oito mil e seiscentos e noventa e três reais e dez centavos). Sendo
401 assim, a técnica comunica que a OSC receberá R\$ 146.079,32 (Cento e quarenta e seis mil e
402 setenta e nove reais e trinta e dois centavos), em parcelas respectivas de 50% e 50%, após a
403 assinatura do Termo de Colaboração, condicionado a prestação de contas. Assim sendo, a
404 técnica apresenta as datas previstas para os procedimentos: 4/11/2025 – pleno de aprovação do
405 cronograma; 6/11/2025 – publicação do cronograma no Diário Oficial e comunicação oficial a
406 OSC; até 11/11/2025 – apresentação do plano de trabalho atualizado e assinado juntamente
407 com plano de comunicação e planilhas orçamentárias; até 11/11/2025 – entrega de
408 documentação para assinatura do termo de colaboração; 7/11/2025 – oficinas de orientação
409 pedagógica, financeira e de comunicação; 6/11/2025 – período de envio dos instrumentais
410 pedagógicos; 15/12/2025 – período de envio dos instrumentais financeiros; 11/11/2025 –
411 assinatura do termo de colaboração; até 14/11/2025 – repasse financeiro da primeira parcela
412 (50%); até 5/8/2026 – repasse financeiro da segunda parcela (50%); 14/11/2025 a 14/6/2026 –
413 período de execução financeira da 1ª parcela; 15/6/2026 a 14/12/2026 – período de execução
414 financeira da 2ª parcela; até 22/6/2026 – entrega da 1ª prestação de contas financeira; até



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS E JUVENTUDE DA PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE

415 31/7/2026 – período de análise e conferência do setor de prestação de contas e deliberações da
416 Comissão de Seleção, Monitoramento e Avaliação com a gestora de parceria; até 14/1/2027 –
417 entrega da 2ª prestação de contas financeira; até 27/2/2027 – período de análise e conferência
418 do setor de prestação de contas e deliberações da Comissão de Seleção, Monitoramento e
419 Avaliação com a gestora de parceria; até 22/6/2026 – entrega da 1ª prestação de contas
420 pedagógica e comunicação; até 14/1/2027 - entrega da 2ª prestação de contas pedagógica e
421 comunicação; até 30/1/2027 – entrega do relatório de impacto das ações pedagógicas;
422 14/11/2025 a 14/12/2026 – período de vigência do projeto. **Em votação, a presidente**
423 **pergunta se o colegiado aprova o cronograma de procedimentos do Projeto Espaço**
424 **Seguro e Cidadania, da Casa Menina Mulher. O pleno sinaliza positivamente e o**
425 **cronograma é aprovado por unanimidade.** A presidente solicita a apresentação do resultado
426 das avaliações de projetos do edital de seleção para captação de recursos por entidades da
427 administração pública municipal direta e indireta e organizações da sociedade civil –
428 Resolução nº 020/2024. Sendo assim, a técnica Roberta apresenta o resultado das avaliações
429 externas dos projetos para captação de recursos. A primeira proposta é o Projeto CSI Educa
430 Mais, do Centro Educacional, Cultural e Social do Ibura, com média final 7,1, diz Roberta. A
431 técnica informa que a segunda proposta é também do Centro Educacional, Cultural e Social do
432 Ibura, Projeto CSI FUT 7, média final 7,8 (avaliador A – nota 6,6 e avaliador B – nota 9,1).
433 Apontamentos dos comunicados técnicos: *“Em reunião realizada com a Comissão de Seleção,*
434 *Monitoramento e Avaliação em 2/10/2025 foi solicitado que um dos avaliadores ajustasse a*
435 *sua avaliação, pois as recomendações estavam bastante confusas; em reunião realizada com a*
436 *Comissão de Seleção, Monitoramento e Avaliação em 28/10/2025, a Comissão realizou o*
437 *seguinte despacho: Aprovada as avaliações e encaminha para o pleno. Recomenda-se a*
438 *habilitação dos Projetos: CSI Educa Mais e CSI FUT 7 à concessão do Certificado de*
439 *Captação de Recursos por 02 (dois) anos; após deliberação do colegiado a OSC será*
440 *devidamente notificada através de ofício e em caso afirmativo à concessão de CCR, haverá a*
441 *expedição do CCR e divulgação do projeto no Portal COMDICA Recife”.* A terceira proposta
442 é do Projeto Infância Feliz: Cuidando e Brincando, do Grupo de Ajuda a Criança Carente com
443 Câncer de Pernambuco - GAC, com média final 5,9 (avaliador A – nota 4,5 e avaliador B –
444 nota 7,3), diz Roberta. O que diz o edital: *“5.2.2 Após análise dos pareceristas externos, a*
445 *Comissão de Seleção, Monitoramento e Avaliação emitirá parecer sobre a concessão da*
446 *chancela para o projeto e submeterá para deliberação da reunião plenária do COMDICA,*
447 *considerando que o projeto que obteve o resultado da média ponderada entre (5,1 a 6,9) será*
448 *analisado pela Comissão para solicitação dos ajustes apontados pela avaliação externa, sendo*
449 *concedido o prazo de 30 (trinta) dias corridos para que a organização apresente as*
450 *recomendações na Plataforma E-editais, ficando sob análise de um terceiro*
451 *avaliador/parecerista, podendo, em caso de habilitação, ter a concessão do CCR pelo pleno*
452 *do COMDICA”.* Comunicado técnico ao colegiado: *“Em reunião realizada com a Comissão*
453 *de Seleção, Monitoramento e Avaliação em 2/10/2025 foi solicitado que um dos avaliadores*
454 *ajustasse a sua avaliação, pois as recomendações estavam bastante confusas; em reunião*
455 *realizada com a Comissão de Seleção, Monitoramento e Avaliação em 28/10/2025, a*
456 *Comissão realizou o seguinte despacho: o projeto que obteve o resultado da média ponderada*
457 *entre (5,1 a 6,9) será analisado pela Comissão para solicitação dos ajustes apontados pela*
458 *avaliação externa, sendo concedido o prazo de 30 (trinta) dias corridos para que a*
459 *organização apresente as recomendações na Plataforma E-editais, ficando sob análise de um*
460 *terceiro avaliador/parecerista, podendo, em caso de habilitação, ter a concessão do CCR pelo*



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS E JUVENTUDE DA PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE

461 *pleno do COMDICA. Após deliberação do colegiado a OSC será devidamente notificada*
462 *através de ofício*”. A presidente pergunta se todos os membros estão esclarecidos e aptos a
463 votar. A resposta é positiva. **Em regime de votação, a presidente pergunta se o colegiado**
464 **concorda com o parecer da Comissão de Seleção, Monitoramento e Avaliação. O pleno**
465 **sinaliza positivamente e o parecer é aprovado por unanimidade.** Dito isto, Roberta
466 apresenta a Resolução que autoriza a concessão de chancela para captação de recursos dos
467 projetos CSI Educa Mais (eixo de atendimento socioeducativo) e CSI FUT 7 (eixo de
468 orientação e apoio sócio-familiar), do Centro Educacional, Cultural e Social do Ibura; por um
469 período de 02 (dois) anos para ambos os projetos. **Informes Gerais** – A conselheira Andréa
470 informa que aconteceu a COP 30 Crianças, no dia 1º de novembro, e que foi realizado pelo
471 Promorar e Secretaria Executiva da Primeira Infância. Ela coloca que a iniciativa reuniu
472 integrantes dos comitês de Crianças do Promorar e que durante o evento foi elaborada a Carta
473 Compromisso que indicam três pilares para o futuro – Recife Sustentável, Seguro e Acolhedor.
474 Andréa coloca que uma das cartas indica o desejo de um jovem de ter “*Um Recife sem*
475 *tubarões*”. O prefeito João Campos deverá levar o documento para apresentar na COP 30, no
476 Belém – PA. A conselheira Itanacy informa que no dia 25/11 será realizado a Marcha das
477 Mulheres Negras, em Brasília. A delegação do Recife segue no dia 24/11, diz a conselheira. O
478 conselheiro Enedino informa que no dia 20/11 - Dia da Consciência Negra, acontecerá a
479 Marcha da Copoeira, às 14h, no Marco Zero. A presidente finaliza a primeira parte do pleno e
480 convida o colegiado e equipe técnica para um almoço. O pleno retoma as atividades em
481 carácter extraordinário, às 14h, com existência de quórum regimental, na apresentação do
482 Termo Aditivo do Projeto Crianças da Várzea - 2ª Edição, executado pelo Educandário Nossa
483 Senhora do Rosário (Termo de Colaboração: nº 033/2024). A conselheira e gestora de parceria
484 Socorro informa que no Ofício nº 15/2025, a organização solicita aditamento de prazo até
485 31/12/2025, justificando a necessidade de continuidade da execução em razão da existência de
486 saldos positivos nas rubricas de recursos humanos e alimentação, decorrentes da utilização de
487 recursos próprios no início do projeto, o que possibilita ampliar o impacto social das ações,
488 sem alteração do objeto pactuado; e que em complemento, no Ofício nº 12/2025, a OSC
489 solicita a inclusão da ação '*Criação e Formalização de Procedimentos e da Política de*
490 *Salvaguarda*' no Plano de Trabalho, com a respectiva autorização para utilização dos
491 rendimentos da aplicação financeira e parte do saldo da rubrica de Mediação das Rodas de
492 Diálogo, conforme detalhamento financeiro: rendimentos da aplicação (1º repasse) - R\$
493 10.194,00 (dez mil e cento e noventa e quatro reais), rendimentos da aplicação (2º repasse) -
494 R\$ 2.769,00 (dois mil e setecentos e sessenta e nove reais), saldo da rubrica 'Mediação de
495 Rodas de Diálogo' - R\$ 2.037,00 (dois mil e trinta e sete reais) e um total de R\$ 15.000,00
496 (quinze mil reais) de consultoria para criação e formalização da Política de Salvaguarda. A
497 gestora indica que a OSC informou que o remanejamento da rubrica de Rodas de Diálogo não
498 comprometerá as metas pactuadas, uma vez que 12 (doze) rodas já foram realizadas, superando
499 a meta mínima de 8 (oito) previstas, conduzidas por profissionais voluntários. Socorro coloca
500 ainda que conforme o art. 55 da Lei nº 13.019/2014, a vigência da parceria poderá ser alterada
501 mediante solicitação formal e justificada da organização da sociedade civil, trinta dias antes do
502 termo inicialmente previsto; e que a prorrogação pretendida até 31/12/2025 é tecnicamente
503 adequada e juridicamente possível, considerando que não há aumento de recursos e que a
504 medida visa à melhor execução do objeto pactuado. A gestora indica que nos termos do art. 57
505 da Lei nº 13.019/2014, é admitida a alteração do plano de trabalho mediante solicitação da
506 OSC e autorização do administrador público, desde que a nova ação seja compatível com o



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS E JUVENTUDE DA PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE

objeto da parceria; e que a criação e formalização da Política de Salvaguarda é ação estratégica e alinhada ao objetivo central do projeto – promover uma infância livre da violência – em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), o Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016) e o Plano Municipal Decenal para a Primeira Infância (Lei nº 18.769/2020). Por fim, segue o parecer: *“Diante do exposto e da documentação apresentada, conclui-se que: as justificativas para prorrogação do prazo de execução até 31/12/2025 são pertinentes e compatíveis com o disposto no art. 55 do MROSC; a inclusão da ação de criação e formalização da Política de Salvaguarda no Plano de Trabalho é autorizada, sendo o custeio realizado com R\$ 12.963,00 provenientes dos rendimentos da aplicação financeira e R\$ 2.037,00 do saldo da rubrica de Rodas de Diálogo, conforme solicitado no Ofício nº 12/2025; as alterações propostas não acarretam acréscimo financeiro nem descaracterizam o objeto da parceria, mantendo-se o interesse público e a observância aos princípios da legalidade, eficiência e economicidade previstos na Lei nº 13.019/2014. Dessa forma, manifesto-me pelo parecer técnico favorável à celebração do Termo Aditivo de Prazo e à inclusão da Política de Salvaguarda no Plano de Trabalho do Termo de Colaboração nº 033/2024, com as fontes de custeio indicadas e as condições de execução especificadas. O presente parecer deverá ser submetido à apreciação do Pleno do COMDICA, para deliberação e posterior formalização do Termo Aditivo”*. A presidente pergunta se todos os membros estão esclarecidos e aptos a votar. A resposta é positiva. **Em regime de votação, a presidente pergunta ao pleno se aprova o parecer para aditamento de prazo do Educandário Nossa Senhora do Rosário – Projeto Crianças da Várzea - 2ª Edição. O pleno sinaliza positivamente e o parecer é aprovado por unanimidade.** Dito isto, a presidente informa que será realizado a partir do dia 11/11, no Cecosne, o Curso de Formação para os membros dos conselhos tutelares. Ela coloca que foi feita uma reunião com os coordenadores dos conselhos tutelares para fechamento das datas e temáticas que serão abordadas. Ao todo serão duas turmas e 80h/aula, comunica Dora Pires. O valor total do curso com locação de espaço e contratação de entidade será de R\$ 37.400,00 (trinta e sete mil e quatrocentos reais), informa a presidente. A presidente pergunta se todos os membros estão esclarecidos e aptos a votar. A resposta é positiva. **Em regime de votação, a presidente pergunta ao pleno se aprova o valor total de R\$ 37.400,00 (Trinta e sete mil e quatrocentos reais) do Curso de Formação para membros dos conselhos tutelares do Recife. Aprovado por unanimidade.** A conselheira Germana informa sobre a atualização e reestruturação de leis do COMDICA. Para tanto, ela coloca que a coordenação achou necessário a contratação de consultoria para realizar o trabalho em 10 (dez) documentos: revisão da Lei nº 15.604/1992, Lei do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, Lei dos Conselhos Tutelares, Regimento Interno dos Conselhos Tutelares, Política de Salvaguarda, Regimento Interno do Conselho de Ética dos Conselhos Tutelares, Documento de Revisão e Dispensa de Chamamento Público, Revisão de Roteiro de Prestação de Contas, Resolução de Registro de Organizações da Sociedade Civil e Inscrição de Programas e, por fim, Resolução de Fiscalização de Organizações da Sociedade Civil. A presidente afirma que para a revisão da lei dos conselhos tutelares foi solicitado pelos membros do colegiado dos conselheiros e conselheiras tutelares que a pessoa responsável fosse o presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescentes da OAB, Geraldo Nóbrega. Sendo assim, foi solicitado que Geraldo Nóbrega encaminhasse um orçamento geral para todos os produtos para análise da coordenação e posterior aprovação em pleno. O valor orçado foi de R\$ 47.500,00 (quarenta e sete mil e quinhentos reais). A presidente pergunta se todos os membros estão esclarecidos e



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS E JUVENTUDE DA PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE

aptos a votar. A resposta é positiva. **Em regime de votação, a presidente pergunta ao pleno se aprova o valor total de 47.500,00 (quarenta e sete mil e quinhentos reais) para contratação da consultoria Antunes e Nóbrega Advocacia para realização da atualização e reestruturação de documentos/Leis do COMDICA. Aprovado por unanimidade.** Dito isto, a presidente solicita que seja apresentado o Edital de Seleção de Projetos Apresentados por Organizações da Sociedade Civil. A técnica Olga esclarece que o valor do cofinanciamento permanece em R\$ 2,5 milhões para 23 (vinte e três) projetos, sendo 4 (quatro) projetos no Eixo de Acolhimento Institucional, no valor máximo de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) cada. A técnica coloca que o cofinanciamento dos demais eixos terá o valor máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), por projeto, para execução no período de 10 (dez) meses, devendo atender até 25 crianças e/ou adolescentes; e que o eixos de Acolhimento Institucional deverá atender até 20 crianças/adolescentes por mês e, de Primeira Infância, até 15 crianças. Olga informa que a previsão é que sejam cofinanciadas por eixo de atuação: 4 (quatro) instituições no eixo de Acolhimento Institucional; 6 (seis) instituições no eixo de Prevenção e Enfrentamento aos Diversos tipos de Violências (físicas, psicológicas e sexuais) Contra Crianças e Adolescentes no Ambiente doméstico, Institucional e Comunitário; 2 (duas) instituições no eixo de Atendimento a Criança e Adolescente em Situação de Rua; 7 (sete) instituições no eixo de Prevenção e Apoio Socioeducativo; 4 (quatro) instituições no eixo de Primeira Infância. A conselheira Hemi informa que, a princípio, o cofinanciamento seria de R\$ 3 milhões, mas que há uma proposta da Assistência Social de apoio a projetos de Fortalecimento de Vínculos, através de financiamento do Ministério da Cidadania e contrapartida municipal do FMCA. Segundo Hemi alguns questionamentos estão sendo levantados sobre os modelos de prestação de contas. A proposta é que o cofinanciamento do FMCA seja aprovado com ressalvas para possível aumento de recursos em R\$ 3 milhões e atendimento a outras instituições, diz Hemi. Sendo assim, o cronograma segue: de 11/12/2025 a 11/1/2026 – período de inscrição na plataforma E-edital; de 12/1/2026 a 16/1/2026 - análise da Comissão de Seleção, Monitoramento e Avaliação; de 26/1/2026 a 11/2/2026 – avaliação externa dos projetos; de 23/2/2026 a 27/2/2026 – análise da Comissão de Seleção, Monitoramento e Avaliação; 3/3/2026 – pleno para avaliação dos resultados; 5/3/2026 – publicação do resultado das avaliações no Diário Oficial; de 6/3/2026 a 9/3/2026 – prazo de recursos; 10/3/2026 – pleno de homologação dos recursos; 12/3/2026 – publicação da homologação; 17/3/2026 – entrega da documentação para firmação do termo de colaboração; 14 e 15/4/2026 – oficinas por eixo; 28/4/2026 – assinatura do termo de colaboração; 30/4/2026 a 28/2/2027 – período de execução; até 30/4/2026 – repasse financeiro da 1ª parcela em 60%; de 30/4/2026 a 30/9/2026 – período de execução da 1ª fase do projeto; até 10/10/2026 – entrega da 1ª prestação de contas; até 20/11/2026 – conferência da prestação de contas financeira – 1ª fase; até 30/11/2026 - repasse financeiro da 2ª parcela em 40%; de 1/10/2026 a 28/2/2027 – período de execução da 2ª fase do projeto; até 30/3/2027 – entrega da 2ª prestação de contas; até 30/4/2027 – entrega do relatório de impacto; até 30/6/2027 – entrega da prestação de contas final. A presidente pergunta se todos os membros estão esclarecidos e aptos a votar. A resposta é positiva. **Em votação, a presidente pergunta ao pleno se aprova o Edital de Seleção de Projetos Apresentados por Organizações da Sociedade Civil cofinanciados pelo Fundo Municipal da Criança e do Adolescente.** Não tendo mais que por si só mereça registro, a presidente agradece a participação dos presentes e encerra a reunião às 16h15.

Recife, 4 de novembro de 2025

Auxiliadora Maria Pires Siqueira da Cunha
(Presidente)



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS E JUVENTUDE DA PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE

- 601 _____
602 **Hemi Monique Vilas Bôas de Andrade**
603 **(Vice-presidente)**
604 _____
605 _____
606 **Armindo Nascimento Pessoa**
607 **(Tesoureiro)**
608 _____
609 _____
610 **Germana Bezerra Suassuna Borba**
611 **(Secretária)**
612 _____
613 _____
614 **Maria do Socorro da Conceição Moura Pessoa**
615 **(Conselheira - Secretaria de Finanças)**
616 _____
617 _____
618 **Liliane Melo Nascimento**
619 **(Conselheira - Secretaria de Direitos Humanos e Juventude)**
620 _____
621 _____
622 **Andréa Ricardo de Castro**
623 **(Conselheira - Secretaria de Educação)**
624 _____
625 _____
626 **Eliane Maria de Castro Silva**
627 **(Conselheira - Inspetoria Salesiana)**
628 _____
629 _____
630 **Enedino Moreira dos Santos Neto**
631 **(Conselheiro - Centro Educacional Turma do Flau)**
632 _____
633 _____
634 **Elisiane de Queiroz Teixeira**
635 **(Conselheira - Instituto Solidare)**
636 _____
637 _____
638 **Alice Maria Brainer Barbosa de Carvalho**
639 **(Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Recife)**
640 _____
641 _____
642 **Itanacy Ramos de Oliveira**
643 **(Conselheira - Casa da Mulher do Nordeste)**
644 _____
645 _____
646 **Ana Karla Sales**



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS E JUVENTUDE DA PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE

647 (Conselheira - Rede Cidadã)

